



MEMÓRIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2022

Aos cinco dias do mês de agosto de 2022, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 51ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2022. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público do Paraná – MPPR; Observatório Social do Brasil – OSB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Receita Federal do Brasil – RFB Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Advocacia-Geral da União – AGU; Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Trabalho – MPT; Ministério Público Federal – MPF; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Na última reunião – partindo da observação pertinente de maior acompanhamento nos controles internos municipais, instância interna e administrativa de prevenção com atribuições claras e definidas em legislação – foi eleito um Grupo de Trabalho com a finalidade de submeter à Plenária uma proposta de programa permanente na estrutura da Rede. O Grupo de Trabalho, composto pelo MPPR, TCE/PR, CGE/PR, TJPR, TCU, CGU e OBS, elaborou uma minuta de projeto via e-mail. O Programa “Controle Interno dos Municípios Paranaenses tem por objetivo fornecer ferramentas para a melhoria do sistema de controle interno municipal e abrangerá 7 eixos: 1 – levantamento das ações de fortalecimento de controle interno já desenvolvidas pelos membros do Grupo de Trabalho; 2 – diagnóstico dos sistemas de controle interno municipais, ou seja, uma análise crítica dos dados; 3 – fomento à adesão ao Controla PR; 4 – capacitação dos servidores; 5 – capacitação dos gestores; 6 – ações integradas do com os controle internos municipais , a

fim de facilitar o acesso, criar momentos de integração, e compartilhar ferramentas; 7 – integração dos sistemas de controle interno municipais com os demais sistemas da gestão pública.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR), aproveitando o ensejo, complementou com a exposição da motivação em constituir o Controla PR e falou da previsão das próximas agendas de capacitação em Maringá, Foz de Iguaçu e Curitiba, que tem por finalidade apresentar a rotina diárias das ações de uma controladoria e amadurecer o conhecimento da prática. Após o primeiro encontro oficial, será proposto o Regimento Interno, cuja coordenação terá rotatividade a cada 2 anos, e apresentado minuta de modelo de anteprojeto de lei para que incentive os municípios a constituírem um organismo de controle interno municipal.

Maurício Kalache (MPPR) indagou se o **TCE/PR** já está com acesso aos dados do questionário enviado aos municípios.

Vivianéli Prestes (TCE/PR), informou que tiveram acesso a poucas semanas e que irá formatar os dados para posterior disponibilização no grupo. Porém, reforçou que só fazer diagnóstico sem ter uma ação planejada acaba por não resolver a problemática.

Maurício Kalache (MPPR) concordou que todas as instituições possuem dados e que auxiliará a entender a necessidade de cada município. Todo esse material servirá de insumo para criação de calendário anual de capacitação aos municípios.

Maurício Cardoso Segundo (TJPR) discorreu sobre a possibilidade de capacitação dos gestores, um evento com painéis que marcasse o marco inicial do Programa.

Maurício Kalache (MPPR) adorou a ideia de lançamento estadual com os 399 prefeitos. Então, colocou para aprovação a criação permanente do Projeto Controle Interno Municipais, que teve anuência. E colocou à disposição das demais instituições o Grupo de Trabalho já constituído para ingresso no Projeto.

Hamilton Bonatto (PGE/PR) falou dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela **PGE/PR** que inclui um modelo da nova lei de licitações, que será de grande valia para o embasamento dos municípios, e cadernos orientadores nos moldes da antiga lei.

Maurício Kalache (MPPR), assim, questionou se outra instituição além da PGE/PR teria o interesse em ingressar no Projeto Controle Interno Municipais. Mas também destacou que o ingresso pode ocorrer a qualquer momento e, que mesmo sem ter a participação efetiva, a instituição pode ter monitores ou instrutores participando das ações. E, deixou como uma missão ao TCE/PR, TJPR e MPPR de recomendarem aos municípios a adesão ao Controla PR, como um primeiro gesto de estímulo.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) acredita que o Programa não pode ficar tão solto, pois muitas vezes a adesão pode não ocorrer por falta de conhecimento. O Grupo de Trabalho deverá desenhar estratégias de abordagem junto as controladorias municipais e prefeituras para ter uma eficácia na ação.

Maurício Kalache (MPPR) concordou com a explanação, porém destacou que o Programa não depende de adesão para ter sua atuação. Encerrado o tema, passou para o próximo item da pauta em que será apresentada a Controladoria Interna do Município de Curitiba.

Daniel Conde Falcão (CGM – Curitiba), primeiramente, agradeceu o convite. E discorreu sobre o histórico da CGM. Em Curitiba, já existia a auditoria, corregedoria e demais áreas, porém não eram consolidadas. Assim, foi instituída a em março desse ano para fazer essa sinergia entre as unidades técnicas. Sendo o treinamento a etapa mais desafiadora. Neste momento, a CGM está desenvolvendo a capacitação dos gestores para que compreendam a atividade de controle, e a vejam como uma ação preventiva e não repressiva. Destacou o apoio que vem recebendo das diversas instituições e a adesão de Curitiba no Controla PR. Por fim, trouxe um relato pessoal, sobre a existência de um grupo de controladores municipais com pessoas engajadas, mas com carência do desenvolvimento. E, que o apoio dos órgãos estaduais, será fundamental.

Maurício Kalache (MPPR) reconhece o vanguardismo de Curitiba em tantas áreas e que as dificuldades identificadas na Capital apenas serve para mostrar o tamanho do desafio que o Projeto Controle Interno Municipais terá para municípios menores e do interior. A finalidade da Rede é de ser um facilitador em colocar pessoas interessadas em um mesmo ponto focal juntas. Considerando a liderança natural de Curitiba para os demais municípios, deixou a possibilidade de fazer um convite ao prefeito para que a CGM seja uma expressão municipal na Rede.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) parabenizou a **CGM – Curitiba**. E, cumprimentou ao **Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR)**, por ter compartilhado e permitido a colaboração de todos no projeto Controla PR, e ao **Ney da Nobrega Ribas (OSB)**, pela exposição dos pontos críticos. Em seguida, fez um breve relato do atual status do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Do resumo de adesão dos 26 Estados, tem-se: 90% federal, 96% estadual e 82% municipal. Ao projetar para um ranking, o Paraná está em 4ª posição. Por fim, elencou os próximos eventos que ocorrerá em forma de debate com os gestores que estão colocando na prática as medidas do Programa.

Maurício Kalache (MPPR) destacou a boa porcentagem de adesão. E passou a oportunidade para que **Ney da Nobrega Ribas (OSB)** falasse sobre a Força Tarefa Cidadã.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) abriu a palavra para o convidado **Waldemir Paschoioto (TCU/SC)**, representante do Tribunal de Contas da União – Santa Catarina, para explicar sobre a Força Tarefa Cidadã.

Waldemir Paschoioto (TCU/SC) apresentou os resultados consolidados da ação Força Tarefa Cidadã. Preliminarmente, rememorou a sua primeira exposição sobre a ação aos membros da Rede no ano passado e destacou o objetivo de unir o controle social e institucional. Reforçou que é uma ação colaborativa para melhorar os índices de transparência do ponto de vista do cidadão, não havendo nenhuma exposição ou ranking. A primeira iniciativa está ocorrendo em 8 estados (AC, TO, MG, RJ, MS, PR, SC, RS) onde cidadãos treinados avaliam a transparência ativa e passiva. Até o presente momento, foram avaliados 2.257 municípios, representando 95% do total. Foi possível inferir que os municípios cumprem bem os critérios básicos, porém o mesmo não ocorre quando se aprofunda em temas específicos, como: obras e saúde, inviabilizando o controle social. Por fim, relatou que no âmbito do TCU os dados servirão de insumo para análise dos recursos oriundos da União. Espera-se, que com essas diligências, ações estruturantes no ponto de vista de quem repassa o recurso sobre a devida transparência dos municípios, que devem tratar tais inconsistências. Ney comentar os próximos passos.

Ney da Nobrega Ribas (OSB) elogiou o poder de síntese da apresentação. Após, fez uma breve reflexão da origem da Força tarefa Cidadã. A ação se iniciou na pandemia em que não eram identificadas as informações nos portais municipais. Assim, surgiu a questão de

quem era a competência de fiscalizar as disponibilizações dos dados dos municípios. Os próximos passos são: (i) notificar os municípios que não atenderam para que no prazo de 15 dias informem as ações adotadas a fim de corrigir as inconformidades apontadas; e (ii) na última instância caso não haja efetividade, realizar uma ação coercitiva. Destacou que é um trabalho de longo prazo.

Maurício Kalache (MPPR), esgotado os temas da pauta da reunião, abriu a palavra para os relatórios das Comissões Permanentes.

Leonardo Dumke Busatto (MPPR) informou que a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social não realizou reunião nesse período, porém vem acompanhando as discussões da Secretaria Executiva. Além disso, a Comissão vem acompanhando o andamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção e da Força Tarefa Cidadã, bem como participa da nova pauta, Controla PR.

Conrado Fernando Schramme (CGE/PR) relatou que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência concluiu a fase de apresentações dos órgãos sobre a aplicabilidade da LGPD. E, deixou aberta a possibilidade de sugestões de pauta para os próximos trabalhos da Comissão.

Por fim, **Maurício Kalache (MPPR)** agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião ocorrerá de forma híbrida, sendo presencialmente em Curitiba.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Disponibilização das informações do questionário.	TCE/PR	-
2	Convite ao Município de Curitiba.	MPPR	-